

GESTÃO E SEGURANÇA AMBIENTAL: SEGURANÇA PÚBLICA E O PAPEL DA CONSCIENTIZAÇÃO

ENVIRONMENTAL MANAGEMENT AND SECURITY: PUBLIC SAFETY AND THE ROLE OF AWARENESS

XAVIER, Domingos Augusto.¹
BELCHIOR, Willian Barbosa.²

RESUMO

O presente artigo faz uma abordagem sobre o uso adequado do Meio Ambiente e a realidade vivenciada pelos Policiais Militares do Município de Cabeceiras, e qual a função da Polícia Militar no que se refere a crimes ambientais. Acentua-se que o meio ambiente é direito de todos e com isso também é dever de todos os cuidados para com a mesma. Para conhecer a realidade do Município de Cabeceiras foi feita uma pesquisa exploratória por amostragem com policiais militares do 2º Pelotão da Polícia Militar de Cabeceiras. Para a realização dessa pesquisa foram entregues questionários com perguntas abertas e fechadas. A pesquisa não foi bem aceita, pois poucos se deram ao trabalho de responder o questionário e as respostas divergiram muito entre si. Além de crimes diretamente nas florestas um dos problemas mais graves da crise ambiental é o lixo urbano, no entanto o artigo não abordará esse tema em síntese. A abordagem abrangerá a necessidade de conscientização da comunidade para diminuir os atos infracionais contra o meio ambiente.

Palavras - chaves: Meio Ambiente; Policiais Militares; Conscientização.

ABSTRACT

This article makes an approach on the adequate use of the Environment and the reality experienced by the Military Police of the Municipality of Cabeceiras, and what the function of the Military Police with regard to environmental crimes. It is emphasized that the environment is the right of all and with it, it is also the duty of all care for it. In order to know the reality of the Municipality of Cabeceiras, an exploratory survey was carried out by military police officers from the 2nd Platoon of the Military Police of Cabeceiras. For the accomplishment of this research, questionnaires with open and closed questions were given. The research was not well accepted, as few bothered to answer the questionnaire and the answers diverged greatly between them. In addition to crimes directly in forests one of the most serious problems of the environmental crisis is urban waste, however the article will not address this topic in summary. The approach will address the need for community awareness to reduce offenses against the environment.

¹ Aluno da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. Bacharel em Enfermagem feita na lesgo na cidade de Formosa-GO.

² Professor orientador da pós-graduação em Polícia e Segurança Pública.

Key - words: Environment; Military Police; Awareness.

1 INTRODUÇÃO

O uso adequado do Meio Ambiente é primordial para alcançar à tão almejada qualidade de vida, para tal é necessário conscientização da sociedade. É acreditando nisso que o artigo presente tem como objeto de estudo avaliar a relevância da conscientização do uso adequado do Meio Ambiente e a realidade presenciada pelos policiais militares do Município de Cabeceiras- GO.

O trabalho tem caráter exploratório, pois foram realizadas pesquisas em livros, sites, revistas e artigos. E para alcançar o objeto de estudo foi feita uma pesquisa através de um questionário, com os policiais que trabalham no 2º Pelotão da Polícia Militar de Cabeceiras.

Desde o descobrimento do Brasil, há uma exploração desenfreada dos recursos naturais. Com o passar dos anos a população cresceu bastante, porém os recursos estão sendo explorados com a mesma frequência. O poder público tem a tutela do patrimônio nacional, isso inclui o meio ambiente. Vale destacar que os cuidados e preservação são da administração pública e do cidadão como menciona no artigo 255 da Constituição Federal “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, e estipular quais são as atitudes e ações consideradas danosas ao meio ambiente sujeitando então aos infratores, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, aplicações penais e administrativas, independente da ter a obrigação de consertar os danos causados (BRASIL,1998).

Considerando à necessidade de cuidados e preservação do meio ambiente, vê-se a necessidade de conscientizar a sociedade em geral, visto que uma boa parte não tem noção dos danos e consequências do uso desenfreado dos recursos naturais e poluição. O trabalho de conscientização é sem dúvidas o melhor recurso para alcançar bons resultados. Tendo em vista que o trabalho de conscientização age antes do ato infrator. Visto isto será que a polícia militar tem consciência da importância de seu trabalho na preservação do meio ambiente? E qual a escala de ocorrências recebidas acerca de infrações ambientais?

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esse capítulo abordará em dois subtópicos sobre crimes ambientais. O primeiro tópico fará uma reflexão e amostragem de políticas públicas referentes aos crimes ambientais no território brasileiro.

O segundo tópico terá como abrangência a prevenção dos crimes ambientais e o papel da PM nessa prevenção e atuação em flagrante. Vale ressaltar que a prevenção ainda é o melhor remédio, visto que após o ato será necessário uma reparação, no entanto por mais cuidadosa que seja feita a reparação, não há como alcançar os níveis de perfeição do natural.

2.1 Políticas Públicas e situações que caracterizam crime ambiental

Em escala global o primeiro lugar onde foi visto com mais atenção o tema “meio ambiente e as consequências da utilização pelo ser humano”(ONU, 1972), foi em 1972 na Conferência de Estocolmo. Nela reuniram cerca de 250 organizações, fora a Organização das Nações Unidas e 113 nações do mundo todo. Essa conferência deu origem à carta de conceitos de comportamento e responsabilidades, mais conhecidas por ‘Declaração sobre o Meio Ambiente Humano’, que davam orientações sobre políticas ambientais. Nesse dia foi criada o ‘Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente’ (PNUMA). Depois disso outras conferências aconteceram e acordos estabelecidos. Algumas leis foram estabelecidas até a atual promulgação da Constituição de 1988.

Entre os documentos que visaram e visam utilização consciente e prevenção de extinção de recursos estão: o Código Civil de 1916, em seguida o Regulamento de Saúde Pública (1923), o Código Florestal (1934), o Regulamento de Defesa Sanitária (1934), o Código de Águas (1934), o Decreto lei n. 25/37 – relativo à proteção cultural, e à organização do patrimônio histórico e artístico natural – Código de Pesca (1938), o Código de Minas (1940) e o Código Penal (1940). Seguidamente na década de 60, foram modificadas algumas das legislações como: o Estatuto da Terra (1964), o Código Florestal (1965), Lei n. 5.197/67 que ‘dizia respeito à proteção à Fauna’, o Código de Pesca (1967), o Código de Mineração (1967), o Decreto lei n. 248/67 que sancionou a ‘Política Nacional de Saneamento Básico’, o Decreto lei n. 303/67 que criou o Conselho Nacional de Controle de Poluição Ambiental, Lei n. 5.318/67 e a Lei n. 5.357/67 que fazem menção às penalizações contra lançamento de detritos ou óleos em águas brasileiras por embarcações e terminais marítimos fluviais. Contudo apenas

com a sanção da Constituição Federal de 1988 foi estabelecida de forma mais específica sobre o dever de proteger o meio ambiente.

A Lei 6938/81 diz que compete a União, Estados, Municípios e Distrito Federal, pelas execuções de projetos, programas e órgãos administrativos na fiscalização e controle do meio ambiente, como salienta os artigos 6º e 70º:

Art 6º - Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, assim estruturado:

(...)

IV – Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos e de controle e fiscalização das atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental. (BRASIL, 1981)

Dentre as leis atuais que visam proteger o meio ambiente, há a Lei 9605 na qual compreende seis sanções como crime, que são: “crimes contra a fauna, crimes contra a flora, da poluição e outros crimes ambientais, dos crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural, dos crimes contra a administração ambiental e as infrações administrativas” (BRASIL, 1998).

Quando se trata de crime contra a fauna remete-se a agressão contra animais silvestres sendo eles nativos ou não. Já contra a flora quer dizer destruição de florestas, ou danos à mesma. A poluição do ar, também é considerada um crime ambiental. Para construção de imóveis e edifícios é necessário também autorização dada pela Administração, caso seja feito ao contrário é considerado crime contra o ordenamento urbano e/ou patrimônio cultural. Também é caracterizado crime as omissões de informações na aquisição da autorização ambiental.

Segundo pesquisas a maior parte das infrações é discriminada como de menor potencial ofensivo, na qual não tem pena superior a dois anos, conforme a Lei nº 11.313/06, que alterou o art. 61 da Lei 9.099/95, como pode ser visto no quadro a seguir:

Artigo	Crime	Pena(s) *	Ação Penal**
29, caput	Caça, perseguição ou apanha de espécime da fauna silvestre sem licença ou em desacordo com a obtida.	D. 6 m. a 1 ano e multa.	P.I
29, § 1º, I	Impedimento de procriação da fauna silvestre sem licença ou em desacordo com a obtida.	D. 6 m. a 1 ano e multa.	P.I

29. § 1º, II	Destruição, dano ou modificação de ninho, abrigo ou criadouro natural.	D. 6 m. a 1 ano e multa.	P.I
29, § 1º, III	Venda, exportação, aquisição ou guarda de espécimes da fauna silvestre e produtos derivados, sem licença ou provenientes de criadouros não autorizados.	D. 6 m. a 1 ano e multa.	P.I
31	Introdução de espécime animal no país sem licença.	D. 3 m. a 1 ano e multa.	P.I
32, caput	Abuso ou maus tratos em animais.	D. 3 m. a 1 ano e multa.	P.I
32, § 1º	Experiência dolorosa ou cruel com animal vivo.	D. 3 m. a 1 ano e multa.	P.I

*A letra “D” significa a pena de detenção;

** As iniciais “P.I” significam Pública Incondicionada.

***A letra “m” significa mês.

Quadro 1: Crimes Ambientais de menor Potencial Ofensivo

Fonte: (DALLAGO. 2003)³

Além de crimes diretamente nas florestas um dos problemas mais graves da crise ambiental também é o lixo urbano, sendo este objeto de estudo frequente, para que se possa por meios técnicos criar estratégias de enfrentamento e diminuir o impacto que este tem causado tanto para o meio ambiente como para a sociedade (LAYRARGUES, 2015). Félix (2007) afirma dentre os problemas da crise ambiental, o resíduo sólido é o mais preocupante e que diz respeito a toda a sociedade. O resíduo, também chamado de rejeito, tem processo de exclusão, sendo que quando ele já não tem mais utilidade, é colocado para fora de casa, porém, nem todos o descartam de forma devida, no local adequado e de forma que não possa prejudicar o meio ambiente ou a saúde das pessoas. Sabe-se, todavia, que os rejeitos sólidos, possuem substâncias que podem afetar a saúde do homem, seja de forma direta ou indireta, deste modo podem causar impactos devastadores ao meio ambiente e saúde das pessoas.

Sobre o descarte de resíduos e crimes ambientais há a importância da fiscalização da Polícia Militar para averiguar e colaborar para tal ação. Visto que é necessária também conscientização da população.

2.2 O trabalho da polícia militar e a importância de conscientizar a comunidade em geral

³ DALLAGO, Renzo Medina. A Fiscalização Ambiental e o Papel do Batalhão da Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal. Monografia apresentada para UNB, Março de 2013.

Quando se trata em proteção do Meio Ambiente, é necessário evitar os danos, e não apenas reconhecer o infrator. Visto que reparar o dano ambiental é difícil e não se iguala ao natural, porém a reparação também é prevista por lei.

Através da fiscalização feita por maior parte das vezes pela Segurança Pública é possível a identificação do infrator e punição correta seja ela administrativa ou penal. O artigo 78 do Código Tributário Nacional definiu o poder de polícia da seguinte forma:

Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (BRASIL, 2012)

Se tratando do poder da polícia, Nicolao e Flávio dizem ser apenas administrativas, ou seja, a finalidade é apenas preservar e manter o meio ambiente. Normalmente diversos estudiosos afirmam que polícia possui três propriedades no exercício da gestão ambiental, como: discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.

Há um debate jurídico a respeito da juridicidade da Polícia Militar desempenhar a função de fiscalizador do meio ambiente. De acordo com o Decreto 88.777/83, artigo 2, também conhecido com R-200, é função dos policiais e bombeiros militares:

Policiamento Ostensivo - Ação policial, exclusiva das Polícias Militares em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública.

São tipos desse policiamento, a cargo das Polícias Militares ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, os seguintes:

ostensivo geral, urbano e rural;
de trânsito;
florestal e de mananciais;
rodoviária e ferroviária, nas estradas estaduais;
portuário;
fluvial e lacustre;
de radiopatrulha terrestre e aérea;
de segurança externa dos estabelecimentos penais do Estado;
outros, fixados em legislação da Unidade Federativa, ouvido o Estado-Maior do Exército através da Inspetoria Geral das Polícias Militares. (BRASIL, 1983) **(grifos meus)**

A execução desse trabalho esta sendo discutido no DF e no Goiás. No entanto essa atividade vem sendo executada pelas Polícias Militares dos Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. No DF foi criado a Polícia Florestal.

Para garantir o cumprimento da lei e preservação do Meio Ambiente é de suma importância o poder da polícia e segurança pública no processo fiscalizatório. Porém é mais eficaz a atuação da prevenção do ato infrator. E para tal faz-se necessária conscientização.

As escolas fornecem ou pelo menos deveriam fornecer o conhecimento necessário para a realidade do ser humano e seu crescimento como cidadão e o exercício da cidadania. Quando se fala em ensinar para a cidadania abrange dois temas que circundam, que é a globalização e o meio ambiente.

A cidadania ambiental esta intimamente ligada ao planeta todo, visto que a preservação do meio ambiente é um tema discutido mundialmente. Trazer a conscientização para o uso do meio ambiente para um mundo onde os valores estão centrados principalmente no capital, é complicado. No entanto nos últimos anos tem-se falado bastante em desenvolvimento sustentável, onde é possível conciliar interesses capitalistas com as necessidades de preservação do Meio Ambiente.

Com a evidência do desenvolvimento sustentável, a conscientização da cidadania ambiental começou a ser mais debatida, contudo, o termo também começou a ser banalizado, assim perdendo o seu real sentido e sendo muitas vezes utilizado como mais uma fonte de marketing para as empresas.

É notório que o ambiente sadio é de extrema importância para uma boa vivência ou até mesmo para a sobrevivência de muitos, e é exatamente por essa importância que é necessário que o cidadão reivindique o seu direito ao meio ambiente sadio juntamente ao governo conforme afirma o grande jurista brasileiro Dalmo de Abreu Dallari:

O meio ambiente sadio é necessidade essencial da pessoa humana, em qualquer tempo e em qualquer lugar. Por esse motivo, é reconhecido e proclamado como direito humano fundamental, devendo estar sempre entre as prioridades dos governos e não podendo ser prejudicado para satisfação de interesses econômicos, políticos ou de qualquer outra natureza. A pessoa humana é prioridade e com elas os seus direitos fundamentais. (DALLARI, 2004,p.82).

Waldman (2010) informa que a cidadania ambiental estabelece uma relação de harmonia do homem para com a natureza, sendo necessário que as pessoas tenham consciência de que as mínimas atitudes podem causar danos ao meio ambiente. Vê-se então que o desenvolvimento sustentável depende bastante da cidadania ambiental, pois, é importante que todos os cidadãos, sejam eles grandes empresários ou representantes das classes inferiores, estejam cientes das causas e danos que o maluso dos recursos do planeta provoca em todos os habitantes da Terra. Com isso, fica a esperança de que algum dia essa

conscientização realmente atinja o nível global, onde o meio ambiente de fato possa ser respeitado por todos os cidadãos do mundo.

3 METODOLOGIA

A proteção do Meio Ambiente e a conscientização do uso de seus recursos são de extrema importância quando o objetivo é alcançar qualidade de vida. É acreditando nisso que o artigo presente tem como objeto de estudo a relevância da conscientização do uso adequado do Meio Ambiente no Município de Cabeceiras- GO, para tal será feita uma abordagem sucinta nos livros e políticas públicas acerca do tema. Será feita também uma pesquisa com os agentes militares que trabalham na região, visando conhecer um pouco da realidade enfrentada por eles, acerca de situações que caracterizam crime ambiental e como é feito o trabalho de conscientização no Município acerca da preservação do Meio Ambiente.

A pesquisa será com 5 (cinco) policiais militares do 2º Pelotão da Polícia Militar de Cabeceiras. Vale destacar que esse número equivale a 70% dos policiais que trabalham nesse pelotão.

Será feita a aplicação de um questionário não identificado onde nele haverá perguntas de cunho quantitativo e qualitativo.

Considerando que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques. (GODOI, 1995)

No questionário haverá cerca de 6 perguntas abertas e 2 com opções de escolha. A análise dos dados ocorrerá de forma descritiva interpretativa sendo que o pesquisador se compromete a ser fidedigno as questões respondidas pelos pesquisados. Sendo que os dados serão representados em formato de análise descritiva.

As respostas das perguntas abertas serão expostas em quadros, onde serão denominados nomes fictícios. E as perguntas com opções de assinalar serão divulgadas em percentual. Vale pontuar que o objetivo da pesquisa de campo é identificar como é a realidade dos policiais militares do Município de Cabeceiras-GO no que se trata de crime contra o meio ambiente. E sugerir o que é necessário para alcançar melhorias nessa área.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor compreensão quanto à realidade presenciada pelos policiais militares do Município de Cabeceiras- GO foram aplicados questionários com perguntas fechadas e abertas.

Através de cálculos de porcentagem e tabelas, foram analisadas as perguntas. Consolidando assim os resultados obtidos. A consolidação trata-se de um agrupamento de respostas obtidas pelos entrevistados durante a aplicação da pesquisa de campo. Fortalecendo a análise que é um exame minucioso de cada item do questionário respondido, para assim obter um resultado consideravelmente bom.

Durante a aplicação da pesquisa de campo, à aceitação foi mediana visto que ela foi entregue ao subtenente e proposto que eu fosse buscado em 3 dias, no entanto fui como combinado e não estavam prontos. Pediram mais dois dias para entregarem, e mais uma vez não foi cumprido o combinado. Foi proposto mais 3 dias, e dessa vez foi com êxito.

Trabalham cerca de 10 policiais no 2º Pelotão da Polícia Militar de Cabeceiras, porém apenas 4 policiais responderam.

QUESTÃO 1: O que você entende sobre conscientização acerca do Meio Ambiente?

POLICIAL	RESPOSTA
1	No dia os de Junho é celebrado o dia mundial do meio ambiente. Esta data foi estabelecida pela assembleia geral das nações unidas, mostrar o lado humano as questões ambientais, promover a conscientização, entre outros.
2	O trabalho que envolve entidades e o governo começa pela educação da população. A opressão do meio ambiente ainda é visível e parte do que se pode fazer esta relacionado ao ser humano.
3	Entende que é o meio utilizado para mostrar as pessoas que é necessário preservar todo nosso ecossistema para termos um meio ambiente sem poluição.
4	Conscientização acerca do meio ambiente é fundamental para preservação da natureza e para continuarmos recebendo tudo de bom que ela oferece temos que investir numa educação sustentável.
5	NÃO RESPONDEU.

Sabe-se que conscientização para o uso do Meio Ambiente é ensinar e/ou falar sobre o uso desenfreado e sem cuidado pelo ser humano do meio ambiente. No entanto apenas 20% responderam a questão na íntegra, e 60% fugiu um pouco da pergunta, porém responderam e 20% não responderam.

Desde o início da vida humana o mesmo necessitou do ambiente para sobreviver, utilizando então os recursos para abrigo e alimento. A relação entre homem e natureza era harmoniosa, contudo, com o passar dos anos, houve uma exploração desenfreada dos recursos naturais e gerou preocupação, principalmente no final do século XX onde houve um aumento populacional. Com a preocupação do que reserva o futuro é que começou a conscientização para o uso do Meio Ambiente.

QUESTÃO 2: Qual papel da PM na preservação e cuidado do Meio Ambiente?

POLICIAL	RESPOSTA
1	Uma das responsabilidades do poder de policia estanho cuidado e da proteção do meio ambiente que encontra-se na constituição federal. Entre os órgãos oficiais que combatem crimes ambientais.
2	O artigo 22 estabelece que todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial e sadia qualidade de vida, impondo ao poder publico e a coletividade o dever de defende-lo
3	Temos o papel de fiscalização da Policia Ambiental.
4	A PM trabalha com o intuito de evitar quecrime aconteça, desenvolvendo operações, bloqueios, visitas a fazendas, etc.
5	NÃO RESPONDEU.

100% dos respondentes disseram que a função da PM é de fiscalização e evitar que o crime aconteça. De fato a função da PM é evitar que o dano aconteça e caso já aja danos é necessário identificar o infrator.

QUESTÃO 3: Qual o índice de ocorrências que caracterizam crime ambiental?

POLICIAL	RESPOSTA
-----------------	-----------------

1	As agressões ao meio ambiente e seus componentes (flora, fauna, recursos naturais, patrimônio público cultural) que ultrapassam os limites estabelecidos por lei.
2	Crimes contra o meio ambiente, crimes contra a fauna, crimes contra a flora, da poluição e outros crimes ambientais, dos crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural.
3	Pelo que tenho conhecimento o índice é zero, isto creio em que cuja pela falta de fiscalização
4	Em nosso Município posso citar que é praticamente zero.
5	NÃO RESPONDEU

Cerca de 80% dos policiais disseram que não há ocorrências que tangem crimes ambientais. No entanto vale destacar que crime ambiental segundo a Lei 9605 compreende seis sanções como crime, que são: “crimes contra a fauna, crimes contra a flora, da poluição e outros crimes ambientais, dos crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural, dos crimes contra a administração ambiental e as infrações administrativas” (BRASIL, 1998). Visto isso é de se preocupar o fato de não existir nenhuma situação que caracterize crime ambiental, já que é um problema mundial. Ou a população não sabe o que é crime ambiental e por esse motivo não estão fazendo denuncia, ou a policia não esta fazendo o papel de fiscalização no município.

Na intenção de sanar essa dúvida, foi feita uma pesquisa com alguns habitantes do Município. Foram feitas perguntas referentes a queimadas, caça ilegal, pesca irregular, deposito de lixo em terrenos baldios entre outros. As respostas foram que já viram por diversas vezes essas situações. Houve uma falha na pesquisa com a população que foi a de não abranger a pergunta de que se os mesmos sabiam que essas situações são também de responsabilidade da Policia Militar e se alguns deles já fizeram denuncias no telefone 190.

QUESTÃO 4: Qual a situação de maior risco você já passou em uma ocorrência que caracteriza crime ambiental?

POLICIAL	RESPOSTA
1	Casos de poluição sonora, descarte de lixo em local inapropriado, construção em área de preservação, transporte irregular de madeira e venda ilegal de pescado estão entre os principais crimes ambientais.
2	O crime de poluição sonora o que mais destaca.

3	Nunca participei devido estar em outra frente de serviço.
4	A ocorrência que posso citar é a caça predatória onde em maioria das vezes temos que entrar dentro de uma mata a procura de um caçador que esta em posse de um arma.
5	NÃO RESPONDEU.

O meio ambiente é indispensável para a vida humana, por isso é de extrema importância que todos cuidem dele. Muitos crimes são cometidos contra o meio ambiente. A palavra crime refere-se a uma violação de uma lei. Assim sendo, é um crime ambiental qualquer dano ou prejuízo causado aos elementos que compõem o ambiente: flora, fauna, recursos naturais e o patrimônio cultural. Ao cometer esse crime o infrator é passível de sanção (penalização), que é regulado também por uma lei.

Antes de ter a lei atual, proteger o meio ambiente era muito difícil. Nessa questão os respondentes divergiram nas respostas, estando entre elas 40% crimes de poluição sonora, 20% caça ilegal, 20% diz nunca ter passado por ocorrências de crimes ambientais e 20% não respondeu.

Além dos crimes já citados os empreendimentos sem licença e o tráfico de drogas também são considerados crimes ambientais.

QUESTÃO 5: Esse batalhão já fez algum trabalho de conscientização com a comunidade? Se sim qual?

POLICIAL	RESPOSTA
1	Sim; Existe o Proerd= é um programa que ensina as crianças a resistirem as drogas e ainda as ensinam a como resistir na prática as ofertas de certas agressões de grupos e de atos violentos.
2	Não.
3	Não.
4	Não.
5	NÃO RESPONDEU

60% dos policiais responderam que não tem conhecimento de trabalho ou ação feita por esse batalhão acerca da conscientização. Isso não tira a necessidade de ser feito trabalhos de

conscientização pela policia militar visto que os casos de crimes ambientais no Brasil são cada vez mais trágicos.

Apenas penalizações não são suficientes, pois as consequências dos atos acarretam inúmeras consequências não só ao meio adjacente, mas a toda população próxima das áreas afetadas.

QUESTÃO 6: Vocês recebem apoio do Estado ou Município em questões de conscientização da comunidade acerca de crimes ambientais? Qual e/ou como?

POLICIAL	RESPOSTA
1	Sim; O mundo desperta para um novo momento e a sociedade percebe a necessidade de além de fazer um esforço para melhorar a qualidade ambiental, reprimir os infratores ambientais.
2	Não.
3	Não.
4	Não; O Estado deixa a desejar neste quesito.
5	NÃO RESPONDEU

Sabe-se da necessidade de criar alternativas para conscientizar a população da necessidade de se preocupar com a conservação do meio ambiente e de se começar a investir numa educação sustentável para as futuras gerações.

Porém ainda há muito que se fazer na conscientização e as administrações Municipais, Estaduais e Nacionais não dão o apoio necessário para os órgãos de segurança pública. Como visto nessa questão. 60% dos respondentes disseram não ter apoio de nenhuma administração. 20% disseram que tem apoio, porém não identificou quem apoia e 20% não responderam.

QUESTÃO 7: O que você acha que é necessário fazer para diminuir os índices de infrações ambientais na região?

POLICIAL	RESPOSTA
1	Necessita do próprio individuo adquirir tais pensamentos, há métodos legislativos e educacionais que visam tentar acelerar esse processo, seja por meio de cartilhas, avisos, artigos, ou até por punições instituídas pelo direito ambiental.

2	Trabalho de conscientização da população.
3	Maior fiscalização por meio dos órgãos competentes.
4	Temos os índices baixíssimos e se o estado investir em equipamentos tornaria a prevenção mas eficaz.
5	NÃO RESPONDEU

É preciso unir todas as forças em virtude da conscientização para que dessa forma diminua ou erradique os crimes contra o meio ambiente. 80% dos respondentes disseram que é necessário mais trabalhos de conscientizações, porém apenas 20% desses exemplificaram métodos de conscientização.

Vale destacar que algumas atitudes simples podem ser tomadas para ajudar a proteger o meio ambiente, como economizar água, separar os lixos orgânicos e recicláveis, diminuir o uso de automóveis e não jogar lixos nas ruas entre muitas outras coisas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma boa parte da população não compreende os riscos que as mesmas causas no meio ambiente, é, por isso que são inúmeros os casos de agressão ao Meio Ambiente. Pode se perceber isso, pois houve um aumento de doenças respiratórias, aumento da temperatura e desertificação de áreas que antes eram cheias de árvores.

Durante a pesquisa pode-se notar que as partes envolvidas na Segurança Pública do Estado não dão o devido valor para essa área, talvez pela falta de apoio. Entende-se isso porque houve desprezo com o prazo de entrega dos questionários, um questionário em branco e divergência entre as questões três e quatro, quando primeiro responde que não há índice de infrações ambientais e depois diz que já passou por situações difíceis na autuação de crimes ambientais.

Entretanto a algumas coisas que podem ser usadas como meio facilitador da conscientização acerca do Meio Ambiente como campanhas. Uma forma do Estado e União demonstrarem preocupação com o que esta acontecendo seria utilizarem de fontes de energia limpa e sustentável como energia eólica e solar.

No que tange a Segurança Pública mais resumidamente a Policia Militar faz-se necessário aumentar as fiscalizações e apurações de denúncias. Vale destacar que também é

relevante que os órgãos responsáveis por tal feita implementem políticas mais eficientes de gestão ambiental, crie zonas de proteção ambiental e desenvolva projetos de conscientização.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mariléia Muniz Mendes. **Reciclagem de Lixo Numa Escola Pública do Município de Salvador**. Candomblé - Revista Virtual, Salvador - BA, v. 1, n. 2, p.96-113, 2005.

BESSEN, Gina Rizpah et al. Coleta **Seletiva na Região Metropolitana de São Paulo**: Impactos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ambiente & Sociedade, São Paulo – SP, v. 17, n. 3, p. 259-278, 2014.

BRASIL.Constituição (1988). 2012. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm

BRASIL. Crime Ambiental (1998). **Leis de Crime Ambientais**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104091/lei-de-crimes-ambientais-lei-9605-98>

BRASIL Decreto 88777/83. **Decreto no 88.777, de 30 de setembro de 1983**. 1983. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/97469/decreto-88777-83>

BRASIL. **Código tributário nacional**. – 2 ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012

BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente**. 1981. Disponível em: www.mma.gov.br/qport/conama/legiabre.cfm?codlegi=313

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DALLAGO, Renzo Medina. **A Fiscalização Ambiental e o Papel do Batalhão da Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal**. Monografia apresentada para UNB, Março de 2013.

FELIX, Rozeli Aparecida Zanon. **Coleta Seletiva em Ambiente Escolar**. Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental, Botucatu - SP, v. 18, n. 1, p.56-71, 2007.

GODOI, Arilda Schimidt. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **O Cinismo da Reciclagem**: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. Researchgate, Brasília - DF, v. 4, n. 1, p.1-24, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Estocolmo sobre o meio Ambiente Humano**. In: Anais Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, 6p., 1972 Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registro/referencia/0000001728>

TRINDADE, Naianne Almeida Dias. **Consciência Ambiental: Coleta Seletiva e Reciclagem no Ambiente Escolar**. Centro Científico Conhecer, Goiânia - GO, v. 7, n. 12, p.1-15, 2011.

WALDMAN, Maurício. Natureza e sociedade como espaço de cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2010. p.545-557.

APÊNDICE

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIAMILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO E GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Prezado (a) Respondente,

Este questionário é o instrumento de coleta de informações e dados que fundamentarão minha pesquisa de conclusão. O tema do trabalho é **GESTÃO E SEGURANÇA AMBIENTAL: Segurança Pública e o papel da conscientização**

O preenchimento deste questionário não é identificado, ou seja, é anônimo. As informações prestadas têm sigilo total.

Desde já agradeço!

QUESTIONÁRIO PARA OS AGENTES DA POLICIA MILITAR

1. O que você entende sobre conscientização acerca do Meio Ambiente?

2. Qual papel da PM na preservação e cuidado do Meio Ambiente?

3. Qual o índice de ocorrências que caracterizam crime ambiental?

4. Qual a situação de maior risco você já passou em uma ocorrência que caracteriza crime ambiental?

5. Esse batalhão já fez algum trabalho de conscientização com a comunidade? Se sim qual?

() SIM () NÃO

6. Vocês recebem apoio do Estado ou Município em questões de conscientização da comunidade acerca de crimes ambientais? Qual e/ou como?

() SIM () NÃO
